

Compras públicas sustentáveis em Portugal: estudo exploratório do sistema de aquisição escolar

Maria de Fátima Ferreiro

Dinamia'Cet-Iscte and Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, fatima.ferreiro@iscte-iul.pt

Sofia Bizarro

Dinamia'Cet-Iscte - Centre for Socioeconomic and Territorial Studies, sofia.bizarro@iscte-iul.pt

Isabel Salavisa

Dinamia'Cet-Iscte and Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, isabel.salavisa@iscte-iul.pt

Resumo

A política pública de aquisição é um instrumento central e estratégico de inovação, bem como de promoção e implementação dos valores da sustentabilidade. O artigo apresenta resultados de investigação sobre política de aquisição pública sustentável no caso das cantinas escolares a partir da análise exploratória de três casos de estudo em Portugal. Estes casos permitem identificar alguns dos principais desafios que atualmente se apresentam à política pública de aquisição que pretende implementar os valores da sustentabilidade, incluindo a saúde e a protecção do meio ambiente.

Palavras-chave: políticas públicas; política pública de aquisição; sustentabilidade; cantinas escolares

Linha Temática integradora: Cidades e Territórios

Introdução

O sistema agroalimentar assume uma importância transversal nos desafios de sustentabilidade da sociedade contemporânea (i.e. alterações climáticas, depredação dos recursos naturais, biodiversidade, gestão da água, segurança alimentar, saúde) (FAO, 2018). A contratação pública de bens e serviços alimentares surge como um poderoso instrumento de inovação, capaz de catalisar as oportunidades oferecidas pelo sistema agroalimentar (Morgan & Sonnino, 2008). No caso de Portugal, deve referir-se que surgiram recentemente novas experiências e modelos de governança do sistema alimentar onde diversas instituições locais, regionais e nacionais usam o seu “poder aquisitivo” para promover uma abordagem de sustentabilidade e coesão territorial, impulsionada por novas estruturas regulatórias e diretrizes de *Green e Sustainable Public Procurement*. Estas dinâmicas surgem em resposta às preocupações crescentes relacionadas com o fornecimento alimentar baseada em serviços externos de ‘catering’, orientados exclusivamente pelo critério “preço mais baixo”, os quais são particularmente relevantes na alimentação de grupos sensíveis (i.e. escolas, hospitais) (Morgan & Sonnino, 2008). No caso das escolas, as críticas à qualidade da alimentação do setor

público (i.e. alimentos OGM, refeições congeladas) e as preocupações com os efeitos na saúde (i.e. desnutrição, obesidade infantil, diabetes) impulsionaram o debate sobre os padrões, a origem dos alimentos e as regras de aquisição utilizadas (Sonnino, 2019). As alterações dos requisitos de compra, materializadas nos critérios de adjudicação e condições de execução dos contratos, poderão ser um elemento primordial para o reforço de normas de qualidade e aumento das exigências (p.e. ambiente, saúde). A investigação apresentada pretende contribuir para a compreensão da política de aquisição pública no caso das cantinas escolares através da apresentação de 3 casos em Portugal. A análise explora visão geral sobre a evolução dos instrumentos reguladores nacionais e europeus, examinando as barreiras e as oportunidades criadas no aprovisionamento alimentar sustentável das cantinas escolares.

1. O papel do Estado na promoção de sustentabilidade

O mundo atual é contrastado e muito desigual no que diz respeito ao acesso à alimentação. Cerca de 2 biliões de pessoas não têm acesso regular a comida suficiente, segura e nutritiva. Os números são ainda mais alarmantes no que diz respeito à obesidade (OCDE, 2021: 8). Mais recentemente a crise sanitária provocada pela Covid-19 aumentou a pressão sobre os atores da cadeia de abastecimento alimentar com destaque para os agricultores. A isto acresce a crise ecológica provocada pela produção de alimentos: 21-37% da emissão de gases com efeito de estufa tem como origem a produção de alimentos; cerca de 80% das espécies de aves e de mamíferos está ameaçada devido à expansão da agricultura (Idem). Neste contexto, a transformação do sistema alimentar para modelos mais sustentáveis tornou-se uma emergência. Este engloba "atividades, infraestruturas e pessoas envolvidas na alimentação da população global. Inclui a teia de processos através dos quais instituições, organizações e indivíduos transformam os inputs em alimentos e os ingredientes individuais em alimentos que consumimos" (Popkin, 2017:73). A cadeia de valor alimentar encontra-se fortemente globalizada. A grande distribuição recorre ao abastecimento em outros países e continentes, não apenas para colmatar a ausência ou insuficiência da produção doméstica e a sazonalidade dos produtos, mas também por razões de preço, e de escala e rapidez de resposta por parte dos fornecedores (Salavisa & Ferreira, 2020). Ao implementar orientações para um programa nacional de alimentação, e ao legislar sobre o teor de açúcar ou de sal ou sobre a disponibilização de alimentos saudáveis em meios críticos, como os estabelecimentos de ensino e de saúde, o Estado, central ou localmente, está a favorecer, por razões de saúde pública, a oferta de alimentação de qualidade. A chamada de atenção para a importância do

papel do Estado no processo de mudança do sistema alimentar e a necessidade de integração das políticas públicas vem ganhando terreno e tem na política de aquisição pública um elemento importante. As compras públicas são compras de bens e serviços das autoridades públicas às empresas. As compras públicas, que em 2019 representaram cerca de 12% do PIB da OCDE, 14% da UE e 70% dos países em desenvolvimento, são apresentadas por alguns autores como um dos mais poderosos instrumentos de política que o Estado tem ao seu dispor para promover a mudança social, económica e ambiental (Morgan & Sonnino, 2008).

Com efeito, e além da promoção da eficiência económica e da inovação (Morley, 2021), tem sido destacado o papel da política de aquisição pública na promoção da alteração de comportamentos. Segundo Morley, Sonnino e Smith (2012), “Procurement is more than just the act of purchasing goods and services. It includes the system developed to procure and the strategic policies and other priorities that support it. In other words, it is not just ‘what’ you buy but ‘how’ you buy it” (Morley, Sonnino & Smith, 2012:2). Nesta medida, a aquisição pode ser considerada como uma compra estratégica pelas instituições atendendo a objetivos comerciais e não comerciais (Morley, Sonnino & Smith, 2012). Paradoxalmente, e com algumas exceções, este instrumento de política pública tem merecido pouco ou nenhum interesse por parte da classe política (Morgan & Sonnino, 2008; Marsden & Morley, 2014: 100). Entre os objetivos da compra pública de bens e serviços, está o da sustentabilidade. Neste caso estamos perante a ‘aquisição pública sustentável’, uma das denominações desagregadas que este instrumento de política pública conheceu recentemente. A definição de compras públicas sustentáveis pela OCDE considera os três pilares do desenvolvimento sustentável. A natureza estratégica deste instrumento é sublinhada noutras definições, sendo assim a aquisição pública um processo através do qual “organisations meet their needs for goods, services, works and utilities in a way that achieves value for money on a whole life basis in terms of generating benefits not only to the organisation, but also to society and the economy, whilst minimising damage to the environment.” (Morley, Sonnino & Smith, 2012).

Neste âmbito assumem um lugar de destaque os valores da saúde, justiça social e integridade ecológica. Morgan e Sonnino (2008) apresentam a política de aquisição pública como uma das mais importantes expressões do que designam por Green State. Apesar disso, e confirmando a natureza paradoxal da problemática, a taxa de implementação é baixa. Com efeito, e segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, apenas 4% dos governos nacionais alcançaram uma política de aquisição pública sustentável e integrada (Mélon, 2020). Em 2000 tem início projeto de alimentação local, o *The Powys Food Links*, que deu origem a investigação de referência

sobre a aquisição pública e alimentação. O primeiro passo deste projeto na freguesia rural de Powys consistiu no abastecimento do hospital local com alimentos produzidos localmente (Morgan & Sonnino, 2008:13). Em parceria com a Associação do Solo, a escola local e a Universidade de Cardiff, lançaram o projecto *Powys Public Procurement Partnership (4P)* (ibidem), que investigou as barreiras à aquisição de alimentos produzidos localmente (ibidem:14).

A importância de melhores e mais integradas políticas do sistema alimentar para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável foi referida na cimeira da ONU sobre sistemas alimentares em 2021 (OCDE, 2021). De acordo com o relatório da OCDE sobre políticas e o sistema alimentar, a multifuncionalidade dos sistemas alimentares (i.e., segurança alimentar e nutrição, condições de vida dos indivíduos envolvidos nas atividades do sistema, ambiente) deve ser acompanhada por 'melhores políticas' no sentido da integração daquelas funções e, nessa medida, superando visões parciais com consequências indesejáveis. O conceito de sistema alimentar permite justamente sublinhar as sinergias e '*trade-offs*' que podem existir em diferentes áreas e a necessidade de maior coordenação entre as arenas de definição de políticas (OCDE, 2021:3). Deste modo, e além das políticas agrícolas, como é o caso da Política Agrícola Comum, e da Política de Ordenamento do Território (Ferreiro et al., 2020), deve ser referida a política de aquisição pública tendo em vista a mudança para sistemas alimentares mais sustentáveis. Morley (2021), por exemplo, explora os impactes da aquisição pública nas estratégias de negócio de pequenos produtores no Reino Unido, ampliando o conhecimento sobre formas mais sustentáveis de produção e oferta de alimentos impulsionadas pelo lado da procura (Morley, 2021:1). Segundo Smith (2005), a aquisição pública consiste numa das vias de relocalização das redes alimentares locais, especialmente quando ligadas a outros objetivos políticos tais como a educação, saúde, ambiente, e a recuperação económica. Nas palavras do autor, "the move to localism is being promoted by trying to establish food links with schools, hospitals, prisons, etc." (Smith, 2005:14). O papel da educação e da escola na promoção de uma alimentação mais sustentável tem sido central no estudo sobre a política de aquisição pública sustentável como veremos no próximo ponto.

2. A política de aquisição pública sustentável na alimentação escolar

A política de aquisição pública de alimentos é fundamental na relocalização das redes alimentares, especialmente quando em articulação com outros objetivos de política como a educação e, nessa medida, "the move to localism is being promoted by trying to

establish food links with schools, hospitals, prisons, etc.” (Morley, 2021:14). O tema da alimentação das Escolas teve um momento mediático em 2005 com o programa do Chef Jamie Oliver “*Jamie’s School Dinners*”. O programa expôs a má qualidade nutritiva da comida processada servida nas refeições escolares, apelando ao consumo de produtos frescos e locais (Goodman, DuPuis, Goodman, 2012:82). Investigação recente sobre aquisição pública de alimentação realça também a dimensão ética do fornecimento público de alimentos à população mais frágil como as crianças (Morgan & Sonnino, 2008). Desenvolvimentos posteriores da investigação dos mesmos autores deram origem à que é até à data uma das referências mais importantes na investigação sobre alimentação e sustentabilidade, *The School Food Revolution. Public Food and the Challenge of Sustainable Development*. Este trabalho, da autoria de Morgan e Sonnino (2008), apresenta casos de ‘reformas alimentares’ em três cidades, Roma, Londres e Nova Iorque.

Em Portugal deve ser destacada a investigação de Sousa (2019) sobre Alimentação, compras públicas e desenvolvimento sustentável, o caso das Escolas. Nas palavras da autora, “o objetivo desta investigação é analisar de que forma a alimentação pública nas escolas pode ser mais sustentável através de dois mecanismos: as compras públicas ecológicas/sustentáveis e a educação alimentar, enquadrados numa visão de compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável” (Sousa, 2019:5). A autora analisa criticamente os principais problemas associados às compras públicas das escolas de três municípios portugueses, Cascais, Monchique e Torres Vedras. Estes municípios “desenvolveram iniciativas na contratação pública, nomeadamente em relação à utilização de produtos biológicos (Cascais), de alimentos locais (Torres Vedras) e de refeições vegetarianas (Monchique). Neste âmbito, foram realizadas no total 20 entrevistas a variados atores à escala municipal/local (Sousa, 2019:235). Entre os problemas identificados está o da capacidade de fornecimento de alimentos pelos produtores locais. O enquadramento europeu das compras públicas, incluindo no setor da alimentação, é feito pela Diretiva Clássica da contratação pública (Diretiva 2014/24/EU) (Sousa, 2019:129). A par dos princípios do Tratado da União Europeia da igualdade de tratamento, não-discriminação e transparência, esta diretiva cria oportunidades de inclusão de “considerações sociais, para além das ambientais, em todas as etapas do processo de aquisição, expandindo as oportunidades de aquisição sustentável” (idem:130). Ainda a nível europeu merecem destaque a Estratégia Europeia da Biodiversidade e a Estratégia do Prado ao Prato, ambas de 2020. No caso português, a contratação pública está regulada pelo Código dos Contratos Públicos no âmbito do qual é feita a transposição das Diretivas Europeias (idem:133). À semelhança do quadro normativo europeu, na legislação portuguesa sobre contratação

pública prevalece o critério da proposta economicamente mais vantajosa (MEAT, na sigla inglesa). Neste âmbito são consideradas exigências relativas à relação preço-qualidade, incluindo aspetos ambientais e sociais, e evitando o critério do preço mais baixo.

3. Nota metodológica

Os casos apresentados no próximo ponto foram analisados a partir de informação primária (entrevistas semi-diretivas) e secundária. As entrevistas tiveram lugar em 2019 no caso da Junta de Freguesia dos Olivais (presencial) e em 2020 no caso da Câmara Municipal de Torres Vedras (virtual). No caso da iniciativa Kmzero foi usada informação recolhida numa apresentação em streaming que teve lugar no dia 12 de Fevereiro de 2021. O guião usado nas entrevistas semi-diretivas considerou as seguintes dimensões de análise:

- História e âmbito;
- Estratégias desenvolvidas na aquisição de compras públicas;
- Articulação com redes de atores (p.e. outros produtores): cooperação e parcerias;
- Apoio institucional e políticas públicas;
- Elementos facilitadores e principais obstáculos.



Figura 1 – Mapa de localização das iniciativas.

4. Estudos de casos

4.1. Refeitórios da Junta de Freguesia dos Olivais



Figura 2 – Refeitórios Biológicos da Junta de Freguesia de Olivais.
Fonte: imagens cedidas pela Junta de Freguesia de Olivais.

O caso dos Refeitórios Biológicos dos Olivais, já apresentado noutros locais (Ferreiro et al., 2020), foi lançado em 2016 pela Junta de Freguesia em parceria com a associação de agricultura biológica, AgroBio. Trata-se de um projeto multidimensional, envolvendo a alimentação e a educação. Além disso, impulsionou o associativismo no sector da agricultura biológica e a economia local, tendo, nessa medida, criado um círculo virtuoso ao nível dos valores da sustentabilidade, da relocalização do sistema alimentar e da governança do território com o envolvimento e o compromisso de vários stakeholders. Atualmente, parte do fornecimento de alimentos às escolas é baseado em produtos biológicos, provenientes de circuitos curtos de abastecimento. Diariamente, o novo programa de alimentação escolar garante cerca de 1660 refeições (cerca de 60% dos produtos são biológicos), para crianças dos três aos dez anos e para um lar de idosos com 50 utentes. Este caso ilustra a inovação dos modelos de contratação pública no fornecimento de alimentação em cantinas de sete escolas e um jardim de infância do território administrado pela Junta de Freguesia. Ao nível das refeições, os novos procedimentos de aquisição das refeições passaram a integrar valores relacionados com a sustentabilidade e a relocalização dos serviços. A procura de produtos locais, por sua vez, deu origem à criação da cooperativa AgroCoop, entre a Junta de Freguesia, a AgroBio e os produtores associados. Neste modelo, os agricultores locais e nacionais podem ajustar o sistema de produção de acordo com as necessidades das escolas, na base de um contrato comercial prévio. Este processo abriu a possibilidade de os produtores comercializarem grandes quantidades de produtos (agregados na plataforma logística de compras localizada nas instalações da AgroBio) e simultaneamente obterem rendimento direto e estável. Por outro lado, esta mudança promoveu o equilíbrio de preços no fornecimento de produtos no contexto do mercado

biológico, aumentando o poder aquisitivo das escolas. Devido aos condicionalismos e à indisponibilidade de produtos no mercado, as escolas não conseguiram ainda atingir a meta de fornecimento de produtos 100% biológicos, existindo uma grande margem para crescimento neste setor. Para além disto, o projeto incorpora uma estratégia mais ampla de promoção da educação nutricional, saúde e sustentabilidade nos seus múltiplos aspetos. A iniciativa pretende envolver toda a comunidade escolar na promoção da pedagogia alimentar (e.g., refeições multiculturais, dias vegetarianos, visitas a mercados), educação ambiental, programas de redução dos plásticos (i.e., eliminando o uso de embalagens e plásticos individuais) e a monitorização do desperdício de alimentar. Os alunos também têm a oportunidade de realizar atividades em hortas escolares, aprendendo a produzir e consumir os seus próprios alimentos, contribuindo desta forma para a sua re-conexão com a cadeia alimentar

4.2. Município de Torres Vedras



Figura 3 – Refeitórios Município de Torres Vedras.
Fonte: Município de Torres Vedras, 2019

Torres Vedras tem sido considerado um caso paradigmático pela investigação recente sobre o processo de aquisição pública de alimentações das escolas e os valores da sustentabilidade (Sousa, 2019). Têm sido várias as iniciativas do município no âmbito da sustentabilidade. De acordo com a Vereadora entrevistada para esta investigação, em 2020 e na sequência da delegação de competências relativas à educação nos municípios, a Câmara Municipal internalizou os serviços de confeção das refeições dos estabelecimentos escolares que passaram para a sua tutela. Neste novo quadro de competências, a Câmara Municipal decidiu rentabilizar os recursos humanos e as competências existentes na Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPPS) do concelho assim como a significativa produção agrícola do território. Foi assim criado um

sistema descentralizado de aquisição pública (divisão dos contratos por lotes e instituições) aproximando os circuitos de produção e consumo. Este modelo permitiu a dinamização da economia deste território, incluindo a economia social e o associativismo local. Esta autarquia desenvolve iniciativas sobre o tema da sustentabilidade há cerca de 1 década. O município participou no projeto europeu de compras públicas ecológicas Building SPP (2010-2012) no âmbito das conferências “Compras Sustentáveis: um desafio para a administração Pública” (organizado pelo LNEG) (Sousa, 2019:152). Em 2014 o município passou a integrar a rede de transferência de Biocantinas¹ do Programa Europeu URBACT no âmbito do qual se formalizou o programa já em curso de Sustentabilidade na Alimentação Escolar (PSAE). O programa destina-se a crianças em idade escolar entre 3 e os 10 anos, agrupadas em 65 estabelecimentos de ensino. Neste âmbito, são confeccionadas cerca de 4000 mil refeições diárias que correspondem a um volume anual de perto de 720 000 refeições servidas (integram desde 2019 produtos biológicos - 1300 a 1400 refeições/dia), movimentado aproximadamente 2,16 milhões de euros. O funcionamento deste modelo acarreta uma logística pesada, complexificando a gestão administrativa e a coordenação operacional das atividades, o que exige um grande comprometimento político e financeiro. Neste modelo de contratação segmentado, a aquisição dos bens é organizada por lotes individualizados mais pequenos (i.e., 1º lote “fruta”; 2º “legumes”; 3º lote “carne”) de forma a facilitar o acesso a pequenas e médias empresas. Assim, a cada lote corresponde um procedimento de ajuste direto o que multiplica as exigências administrativas. São referenciadas dificuldades na gestão dos procedimentos de compra, assim como falhas no abastecimento. Apesar das dificuldades, está a ser preparado o alargamento do projeto a todos os níveis de ensino do município, incluindo mais 4 escolas secundárias, ou seja, mais 1400 refeições diárias. Estas iniciativas são acompanhadas por um programa de promoção da alimentação saudável e da atividade física:

- promoção da literacia alimentar.
- quantificação e redução do desperdício alimentar.
- visitas a mercados de produtores.
- ações de sensibilização para a mudança de hábitos alimentares (sazonalidade e gastronomia tradicional).
- hortas biológicas.

¹ As outras cidades da rede são Pays des Condruces (Bélgica); Troyan (Bulgária); Mouas-Sartoux (França – líder do projecto); Trikala (Grécia); Rosignano Marittimo (Itália); Vaslui (Roménia).

4.3. Projeto Km Zero, Évora



Figura 4 – Km Zero.
Fonte: KMzero Group, 2021.

O terceiro caso corresponde à iniciativa Km Zero, sediada em Évora. Esta iniciativa envolve vários parceiros locais e regionais de natureza pública, associativa e privada². A missão da Km Zero será aumentar “o consumo de produtos agro-alimentares de origem local, e também a produção e transformação dos mesmos, contribuindo para a diversidade e resiliência dos sistemas alimentares e para a valorização dos produtos locais” (Km Zero alentejo, 2021). Neste âmbito são identificados os seguintes objetivos: promoção da economia local e dos pequenos produtores, gestão sustentável dos recursos energéticos e diminuição da pegada ecológica alimentar, soberania alimentar e estímulo da produção local, preservar a biodiversidade e proteger as técnicas de produção tradicionais, valorização social da figura do agricultor (idem). É no âmbito deste último objetivo que é feita uma referência explícita à colaboração com as escolas, salientando-se o “trabalho com as cozinheiras das cantinas escolares”, e a sensibilização “junto dos alunos e encarregados de educação do 1º ciclo e ainda as escolas profissionais, pela inclusão destes conceitos e desta iniciativa nos programas curriculares” (idem). O trabalho da Km Zero com as escolas foi apresentado num seminário organizado pela 10 de fevereiro de 2021 e organizado pela rede alimentara cidades sustentáveis e Direção Geral de Desenvolvimento Rural. A apresentação permitiu: i) identificar elementos de caracterização da iniciativa; ii) identificar os principais problemas e desafios com que se confronta a iniciativa. Sobre os primeiros, saliente-se o facto de a iniciativa envolver 5 cantinas escolares (começou com 3) num total de cerca de 1200 alunos e 10 produtores locais. Na apresentação foram usados conceitos como ‘alimentos justos’, a diferença entre preço e custo e salientada a

² Câmara Municipal de Évora, Entidade Regional de Turismo do Alentejo, Universidade de Évora, Escola Profissional da Região Alentejo, Associação Comercial do Distrito de Évora, Núcleo Empresarial da Região de Évora, Empresa de Gestão Ambiental e de Resíduos, Slow Food Alentejo.

sazonalidade dos alimentos usados na confeção das refeições, tenho o promotor da iniciativa feito uma crítica às ementas das cantinas que integram a ideia de sazonalidade mas repetem as ementas a cada duas semanas. A Km Zero procura assim introduzir maior sazonalidade, diversidade, dieta mediterrânica, incluindo mais vegetais. As ementas são definidas em função das estações com três conteúdos: Inverno, Primavera, Verão. Existe também a opção vegetariana. O fornecimento de produtos agrícolas e a preparação de refeições envolvem várias etapas e preocupações, salientadas deste modo pelo promotor:

- Levantamento de necessidades.
- Identificação da oferta de produtos agrícolas existente nos concelhos (pequenos produtores).
- Sensibilização.
- Acompanhamento.
- Avaliação.
- Disseminação.

Os valores da sustentabilidade, da transparência e da equidade entre os intervenientes são centrais nesta iniciativa. A sua implementação passa por práticas de gestão onde se incluem: i) o registo sistemático dos produtos assinado por quem recebe os produtos agrícolas nas escolas; ii) o planeamento apropriado entre as encomendas e a preparação das refeições; iii) as acções de sensibilização e de formação incluindo as visitas às explorações agrícolas, as reuniões entre os produtores e as cozinheiras, os encontros de cozinheiras, a formação das cozinheiras (p.e., refeições vegetarianas) e os encontros de autarcas; iv) os 'mercadinhos' semanais para venda aos pais dos alunos. Foram destacadas vantagens e aspetos a melhorar. As vantagens incluem a promoção dos valores da sustentabilidade associada ao consumo local, e à sensibilização dos produtores e dos consumidores, o controlo do mercado na definição dos preços, e um impacte muito positivo ao nível da atividade dos agricultores, contribuindo para o aumento da sua 'autoestima'. Ou seja, uma valorização social da agricultura e dos agricultores locais. Como maiores dificuldades devem ser destacadas a da i) sensibilização das cozinheiras uma vez que insistem muito no uso de certos alimentos, como é o caso da batata, e o quão longe ainda está a implementação mais efetiva da dieta mediterrânica; ii) ausência de clareza do estatuto da agricultura familiar e da legislação sobre variedades regionais e as ementas locais; iii) a necessidade e uma maior educação alimentar. A este propósito foi apresentado o caso de França onde é obrigatória a presença de produtos locais nas ementas escolares.

4. Conclusão

A investigação apresentada permitiu identificar dimensões analíticas, iniciativas e desafios associados à problemática da aquisição pública sustentável no caso das cantinas escolares. Os casos selecionados permitiram perceber as potencialidades, complexidade e desafios envolvidos na aquisição pública neste contexto institucional. Como potencialidades destaque-se o efeito multiplicados das iniciativas envolvidas na promoção de uma alimentação mais sustentável nas escolas (p.e. dinamização do associativismo, dinamização da economia local); a ilustrar a complexidade e os desafios deve a dificuldade na mudança da confeção das refeições bem como os constrangimentos no abastecimento de produtos. A investigação evidenciou também a centralidade do sistema alimentar no processo de mudança para sociedades mais sustentáveis assim como o papel estratégico do Estado neste processo.

Referências

- FAO. (2018). *Transition towards sustainable food and agriculture. An analysis of FAO'S 2018-2019 work plan.*
- Ferreiro, M.F., Salavisa, I., Bizarro, S., & Soares, M. (2020). O sistema alimentar em Portugal: Transições para a sustentabilidade e políticas públicas. *Cidades e Territórios*, 41(41), 177–195. <https://doi.org/10.15847/CCT.20500>
- Goodman, D., DuPuis, E. M., & Goodman, M. K. (2012). Alternative food networks: Knowledge, practice, and politics. *Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics*, 9780203804(May 2014), 1–308. <https://doi.org/10.4324/9780203804520>
- km0alentejo. (2021). Retrieved from <https://www.km0alentejo.pt/>
- KMzero Group. (2021). Retrieved from <https://www.facebook.com/groups/km0alentejo>
- Marsden, T., & Morley, A. (2014). Current food questions and their scholarly challenges Creating and framing a sustainable food paradigm. In T. Marsden & A. Morley (Eds.), *Sustainable Food Systems Building a New Paradigm* (1st Editio, pp. 1–195). Abingdon, Oxon: Routledge - Earthscan Food and Agriculture. Retrieved from <http://ir.obihiro.ac.jp/dspace/handle/10322/3933>
- Mélon, L. (2020). More than a nudge? Arguments and tools for mandating green public procurement in the EU. *Sustainability (Switzerland)*, 12(3). <https://doi.org/10.3390/su12030988>
- Morgan, K., & Sonnino, R. (2008). *The School Food Revolution : Public Food and the challenge of sustainable development.* London: EarthScan.
- Morley, A. (2021). Procuring for change: An exploration of the innovation potential of sustainable food procurement. *Journal of Cleaner Production*, 279, 123410. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123410>

- Morley, A., Sonnino, R., & Smith, A. (2012). Leading by procuring: The power of public sector purchasing. *Environmental Leadership: A Reference Handbook*, (January), 113–121. <https://doi.org/10.4135/9781452218601.n13>
- Município de Torres Vedras. (2019). PSAE. Retrieved from <http://www.cm-tvedras.pt/educacao/saude-e-alimentacao/programa-de-sustentabilidade-na-alimentacao-escolar/>
- OECD (2021), Making Better Policies for Food Systems, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ddfba4de-en>.
- Popkin, B. M. (2017). Relationship between shifts in food system dynamics and acceleration of the global nutrition transition. *Nutrition Reviews*, 75(2), 73–82. <https://doi.org/10.1093/nutrit/nuw064>
- Salavisa, I., & Ferreira, M. F. de. (2020). Business Model Innovation and Transition to a Sustainable Food System: A Case Study in the Lisbon Metropolitan Area. In *Knowledge , People , and Digital Transformation* (pp. 1–287). Cham, Switzerland: Springer Nature Switzerland AG.
- Smith, A. (2005). Green niches in sustainable development: the case of organic food in the United Kingdom. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 24, 439–459.
- Sonnino, R. (2019). Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. *Redes*, 24(1), 14–29. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13036>
- Sousa, R. (2019). *Alimentação, Compras Públicas e Desenvolvimento Sustentável - o caso das escolas* (Tese de Doutoramento). Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa.